

3 Fundamentação Teórica

“Estou com a maioria” é como alguém, não querendo se expor, mascara sua opinião diante de uma discussão politicamente inflamável – sem ter a menor idéia de quem está com a maioria ou o que ele pensa. (Keep, 2003, p. 152).

Neste trabalho, conforme apontado na introdução, pretende-se empreender um estudo sobre a opinião, com foco na emissão da ‘Opinião Desfavorável’, a fim de melhor compreendermos as estratégias empregadas na elaboração desse ato por falantes de português do Brasil. Tendo esse objetivo em vista, iniciaremos este capítulo tecendo considerações a respeito da definição do que seja opinar para, em seguida, apresentarmos uma revisão bibliográfica que contempla estudos que têm como foco a questão da opinião. Na terceira parte, trataremos de alguns princípios da Lingüística Sistêmico-Funcional em que este trabalho se apóia. Na seqüência, discorreremos a respeito dos pressupostos da Pragmática e da Antropologia Social relevantes para esta pesquisa.

3.1 **Opinar: delineando uma definição²⁴**

Dentre as atividades lingüísticas que realizamos rotineiramente, podemos considerar que o ato de opinar ou de expressar uma opinião é realizado com relativa freqüência. Em inúmeras situações somos instados a emitir um parecer a respeito de algo ou de alguém, seja no ambiente de trabalho, no familiar ou entre amigos. Nessas ocasiões, não é incomum termos de dar uma opinião sobre, respectivamente, um projeto, um novo prato preparado com esmero por algum parente ou o último filme em cartaz. A realização do ato de opinar, conforme será visto mais adiante, não é, no entanto, tão simples quanto possam deixar transparecer os exemplos citados.

Segundo Ferreira (1986), há quatro acepções possíveis para o termo opinar.

²⁴ Esta seção está pautada em Almeida (2004).

Opinar – [Do lat. *Opinare*] *V. Int.* 1. Expor o que julga acerca de um assunto em estudo, deliberação, etc.; dar o seu parecer. 2. Dizer manifestando opinião. *T. i.* 3. Expor o que julga; dar o seu parecer. *T.d.* 4. Ser de opinião; dizer, manifestando opinião; julgar; entender. (Ferreira, 1986, p. 1227).

A definição mencionada deixa claro que está vinculada, ao termo opinar, a noção de julgamento de valor, a qual, por sua vez, já estava presente na palavra latina *opīnō, ās, āre*, cujo sentido era ‘julgar, pensar, crer’ (Torrinha: s.d., p. 588).

O estabelecimento de uma associação entre o conceito de opinião e a categoria de julgamento também pode ser observado na definição elaborada por Charaudeau e Maingueneau (2004) para o referido conceito. Os autores fazem igualmente menção à possibilidade de a opinião estar vinculada a uma modalidade e ao conceito sociológico de “opinião pública”. A opinião como modalidade exprime, segundo os autores:

o lugar que o propósito do enunciado ocupa no universo de crenças do sujeito falante, atitude intelectual que pode ser marcada por verbos (eu penso, eu creio, eu duvido etc.) ou por advérbio (provavelmente, possivelmente etc.). (Charaudeau e Maingueneau: 2004, p. 353).

Ainda como modalidade, a opinião faria parte dos atos elocutivos ou locutivos – aqueles em que o “locutor situa seu propósito em relação a ele mesmo” (Charaudeau: 1992, p. 575). Enquanto categoria de julgamento, a opinião seria resultante de uma atividade de pensamento. Conforme definem os autores em epígrafe, a opinião, nesse caso, “salienta, portanto, um julgamento hipotético que se pronuncia a favor ou contra os fatos do mundo” (Charaudeau e Maingueneau: 2004, p. 353). Nesse caso, a opinião é “oriunda do sujeito; ela reflete a atitude avaliativa do sujeito a propósito de um saber e lhe interna” (op. cit. loc. cit.). Por fim, Charaudeau e Maingueneau fazem referência ao conceito de opinião pública, lembrando que se adentra, nesse caso, o campo da sociologia, da ciência política e da psicologia social. Nessa última vertente insere-se, de algum modo, o trabalho desenvolvido por Tarde (1991 [1910]), referido a seguir.

Tarde (1991 [1910]), em seu ensaio sobre a opinião e a conversa, cujos objetivos são (1) tratar de assuntos relacionados à opinião pública e (2) estabelecer os primeiros elementos da ciência que a estudaria, elabora algumas questões que nos levam a refletir sobre a essência da opinião em si, tais como: “O que é a opinião? Como se gera? Quais são as suas diversas fontes? (...)”

Qual a sua fecundidade e a sua importância social?" (Tarde: 1991 [1910], p. 58). A busca de respostas para essas questões é, certamente, de fundamental importância para que seja possível compreender o ato de opinar.

Segundo Tarde, o termo opinião se confunde com duas noções que parecem estar interligadas "a opinião propriamente dita, entendida como conjunto de julgamentos, e a vontade geral, que é o conjunto dos desejos" (Tarde: 1991 [1910], p. 58). Observa-se que esse autor também estabelece um vínculo entre opinar e julgar. Ampliando sua definição, Tarde compara a opinião a um "agrupamento momentâneo e mais ou menos lógico de julgamentos" (Tarde: 1991 [1910], p. 61), deixando transparecer a idéia de que a construção da opinião pode ser considerada algo sócio-historicamente construído. Na mesma perspectiva, Silveira (2000) faz a seguinte afirmação:

(...) uma opinião individual é uma forma especial de representação mental, ou seja uma forma de avaliar algo/alguém, tendo por parâmetro o marco das cognições sociais de seu grupo. Tal marco é que dá identidade cultural aos diferentes membros de um grupo social, ainda que eles construam opiniões variadas enquanto indivíduos. (Silveira, 2000, p. 15)

Ao solicitarmos a opinião de alguém, queremos, conforme visto nas definições anteriormente citadas, que uma avaliação (ou julgamento) seja feita. Isso, entretanto, pode gerar polêmicas e implicações sociais, sobretudo nos casos em que a opinião a ser emitida é de valor negativo. Quais, por exemplo, seriam os impactos de uma 'Opinião Desfavorável' sobre o ouvinte? Qual o grau de aceitabilidade desse tipo de opinião no contexto brasileiro? Quando ela pode ser proferida, em que contextos e diante de quem? Quais são as estratégias lingüístico-discursivas que empregamos para elaborarmos a emissão dessa opinião e, conseqüentemente, da avaliação? Mais adiante, procuraremos discutir o fato de que a emissão da opinião envolve não só o desenvolvimento de uma competência lingüística, mas, principalmente, conhecimentos pragmático-culturais. A seguir, serão apresentados alguns estudos empreendidos a respeito da elaboração da opinião.

3.2 Estudos sobre a expressão da opinião

Os estudos lingüísticos sobre o ato de opinar, quando comparados aos de desculpar-se ou fazer pedidos, parecem apresentar-se em menor número, tanto em inglês quanto em português, sendo esta última uma língua em que ainda há pouca pesquisa sobre o assunto.

Strauss (2004), no seu estudo em que discute a importância de o falante indicar sua posição cultural (*cultural standing*) no momento em que expressa sua opinião a respeito de um tópico previamente discutido, apresenta três perspectivas dentro das quais normalmente se distribuem os estudos sobre a expressão da opinião.

A primeira delas parte do princípio de que a opinião é emitida por ocasião de uma conversa, inserindo-se em sua estrutura. Desse modo, encontram-se, nessa perspectiva, os trabalhos que discutem a maneira como as conversas são estruturadas. Trata-se de estudos da linha da Análise da Conversação, tais como os de Pomerantz (1984), Mulkay (1985) e Almeida (2003), entre outros.

Em artigo intitulado “*Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred / dispreferred turn shapes*” (1984), Pomerantz estuda a concordância e a discordância em construções avaliativas ou opinativas, sobretudo em segundas avaliações, momento em que alguém emite parecer a respeito do referente mencionado em um “enunciado avaliativo inicial” (Bastos & Pereira, 1998). Conforme definição de Ferreira (1986), concordar e discordar significam, respectivamente “ter a mesma opinião sobre; pôr-se de acordo em; acordar” (p. 447) e “não concordar [não ter a mesma opinião sobre]”²⁵, estar em desarmonia; ser incompatível; divergir” (p. 596), tendo, portanto, o estudo em epígrafe pontos de contato com o assunto desta pesquisa. Essas construções avaliativas ou opinativas são tidas como produtos da participação do falante; com sua opinião, ele demonstra conhecimento daquilo que está avaliando. A autora busca, então, apresentar aspectos da coordenação das segundas avaliações com suas precedentes, bem como descrever os tipos de organização que são relevantes para a produção das segundas avaliações, empregando, para tanto, as noções de preferência e não-preferência. Como se pôde observar,

²⁵ Nota explicativa da autora.

a pesquisa de Pomerantz, bem como outros a serem descritos posteriormente, volta-se para o estudo das segundas avaliações ou opiniões.

Há de se destacar ainda, nessa linha, o estudo de Mulkay (1985) que, partindo da pesquisa de Pomerantz (1984), e analisando também dados em inglês, estudou o mesmo assunto em correspondências trocadas entre cientistas. Em português, merecem destaque os estudos realizados por Oliveira (1996) e por Bastos e Pereira (1998). Enquanto o primeiro trata da organização da preferência em cartas de pedidos de empresas estatais brasileiras, no segundo as autoras analisam uma reunião de treinamento gerencial, tendo em vista os conceitos acima mencionados ao lado dos de alinhamento, participação e polidez.

O trabalho de Almeida (2003), bem como os precedentes, apóia-se no estudo de Pomerantz (1984), por ter em foco o emprego dos conceitos de preferência e não-preferência e por ter como objetivo investigar a organização da preferência por ocasião da emissão de avaliações, tendo em vista um contexto informal. O diferencial entre os dois estudos pode ser definido em termos do tipo de contexto informal observado. Na pesquisa empreendida por Almeida foi analisada uma reunião de família brasileira. Nesse caso, esteve, portanto, em foco o uso de conversação cotidiana espontânea em língua portuguesa. Em sua conclusão, Almeida apontou para o fato de que as categorias derivadas do trabalho de Pomerantz e empregadas para descrever os casos encontrados em português não foram suficientes, tendo sido necessário criar uma nova categoria – a da concordância construída com repetição do verbo da avaliação inicial – para dar prosseguimento à pesquisa.

Vale destacar que os trabalhos de Pomerantz (1984) e Mulkay (1985) abordam casos do inglês, enquanto Oliveira (1996), Bastos e Pereira (1998) e Almeida (2003) apresentam dados do português, buscando todos identificar estratégias empregadas na elaboração da avaliação ou opinião. É também digno de nota o fato de que esses trabalhos, por se dedicarem a questões de concordância e discordância, estão voltados para a análise das segundas avaliações ou opiniões. Na presente pesquisa, diferentemente dos trabalhos citados, estaremos focalizando a emissão da primeira avaliação / opinião ou opinião por solicitação.

A segunda perspectiva apontada por Strauss (2004) agrupa aqueles trabalhos que têm como foco a investigação, a partir do conceito de 'face', de

como as relações sociais de poder e solidariedade afetam a expressão de pontos de vista potencialmente ofensivos, como é o caso da opinião desfavorável, principalmente diante do fato de que as pessoas querem que sua identidade e suas escolhas, por exemplo, sejam validadas por todos. São referências dessa perspectiva os trabalhos inseridos no âmbito da Teoria da Polidez, tais como o de Brown & Levinson (1987) e o de Galembeck (1999), sendo este um estudo a respeito do português. Mais adiante será apresentado um panorama mais detalhado da referida teoria [v. 3.4.2] e de alguns conceitos relacionados, empregados neste estudo.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, estão os trabalhos que tratam da modalidade epistêmica e que focalizam os meios empregados pelos falantes para (1) marcar que tipo de provas eles têm para dar sustentação às afirmações que fazem, bem como para (2) indicar o grau de certeza que atribuem a tais afirmações. Um exemplo desse tipo de estudo é, conforme aponta Strauss (2004), o de Chafe & Nichols (1986).

Tendo em vista o exposto nesta sessão intitulada “Estudos sobre a expressão da opinião”, foi possível verificar que a elaboração da opinião em português do Brasil é, ainda hoje, assunto de um número reduzido de pesquisas, sendo estas, na maior parte das vezes, direcionadas para o estudo das segundas opiniões. Na sessão a seguir, será apresentada a visão de língua e linguagem em que se insere este estudo, além de apontar a importância da noção de contexto e de categorias que nos permitirão, posteriormente, empreender uma análise contextual.

3.3 Linguística sistêmico-funcional e a relação língua-usuário-contexto²⁶

Tendo em vista o fato de que esta pesquisa visa o estudo da linguagem em uso e que se pauta, portanto, na relação entre língua, usuário e contexto, acreditamos que o aparato teórico fornecido pela abordagem sistêmico-funcional seja produtivo para este trabalho.

Segundo Neves (1997), o estudo de uma língua a partir de uma abordagem funcionalista “tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente” (Neves, 1997, p. 2).

²⁶ Esta seção está pautada em trabalho anterior elaborado pela autora (Almeida, 2002).

Nessa perspectiva, considera-se que a língua serve a determinadas funções ou propósitos como, por exemplo, expressar opinião, comunicar idéias ou reclamar (Crystal, 2000). Desse modo, o que se busca neste trabalho é investigar como os usuários da língua portuguesa comunicam suas opiniões.

A gramática sistêmico-funcional, tal como proposta por Halliday (1994), tem como objetivo não só descrever o sistema da língua, mas também as formas pelas quais esse sistema se relaciona com os textos – instâncias reais de língua. Halliday (1994, p. xiii) denomina a sua gramática de ‘gramática funcional’ e fornece três razões para isso. A primeira delas aponta para o fato de que nessa gramática discute-se como a língua é usada, levando-se em consideração aspectos relativos ao contexto de uso. A segunda razão é pautada na compreensão que o significado em uma língua contém componentes funcionais (as metafunções). Em último lugar, o autor nos lembra que cada elemento em uma língua é explicado com referência à sua função no sistema lingüístico.

O fato de considerar como essenciais em uma gramática questões relacionadas a significado e uso faz com que a gramática proposta por Halliday seja de base semântica (significado) e funcional (uso) (Bloor e Bloor, 1995, p. 1).

No quadro teórico da gramática sistêmico-funcional, a linguagem deixa de ser considerada como representação do pensamento ou como mero instrumento de comunicação (Koch, 1998) e passa a ser considerada como um sistema de construção de significados. Nessa ótica, a linguagem é vista como o lugar de interação, pois através de seu uso, interagimos com o outro – processo durante o qual são construídos e reconstruídos os significados. Isso revela o caráter dinâmico da linguagem, pois o sistema é atualizado de diferentes maneiras a cada vez que é acessado.

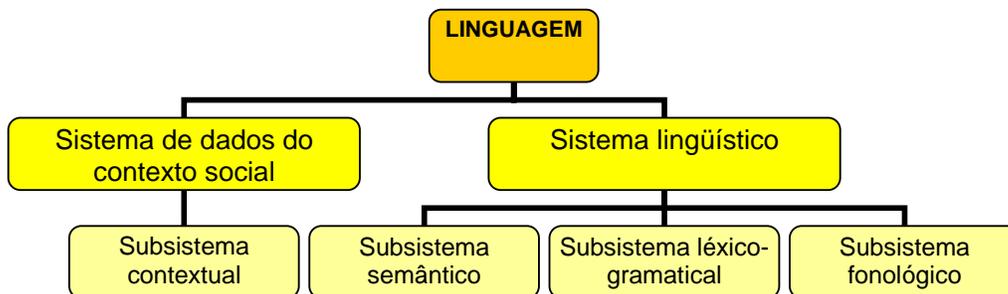
A linguagem a ser considerada, na perspectiva hallidiana, é aquela empregada em situações sociais reais atuais, por pessoas que têm um propósito comunicativo. Considerar que ao usarmos a linguagem temos um propósito, significa adotar uma visão funcional da linguagem e acreditar que, por meio da linguagem, realizamos algo em um dado contexto, buscando atingir objetivos (Halliday & Hasan, 1989, p. 15).

Na proposta hallidiana, partindo do princípio de que o contexto é peça fundamental no processo de construção de significados, considera-se que a linguagem se organiza em torno de dois sistemas, a saber: o sistema de dados

do contexto social e o sistema lingüístico, conforme ilustra a Figura 3.1, apresentada adiante.

No que diz respeito ao sistema de dados do contexto social, observa-se a existência de um subsistema contextual, formado, de acordo com a denominação de Halliday, pelas três variáveis situacionais: *campo* (o que está acontecendo), *modo* (o meio e o papel da linguagem) e *relações* (participantes e suas relações) (cf. Halliday & Hasan, 1989).

Figura 3.1: A linguagem na gramática sistêmico-funcional



A combinação das escolhas feitas a partir do repertório de possibilidades fornecidas por cada variável dá formato àquilo que Halliday denomina Configuração Contextual (CC). A cada nova combinação de escolhas, portanto, obtém-se uma nova CC (Halliday e Hasan, 1989, p. 55). (v. Figura 3.2).

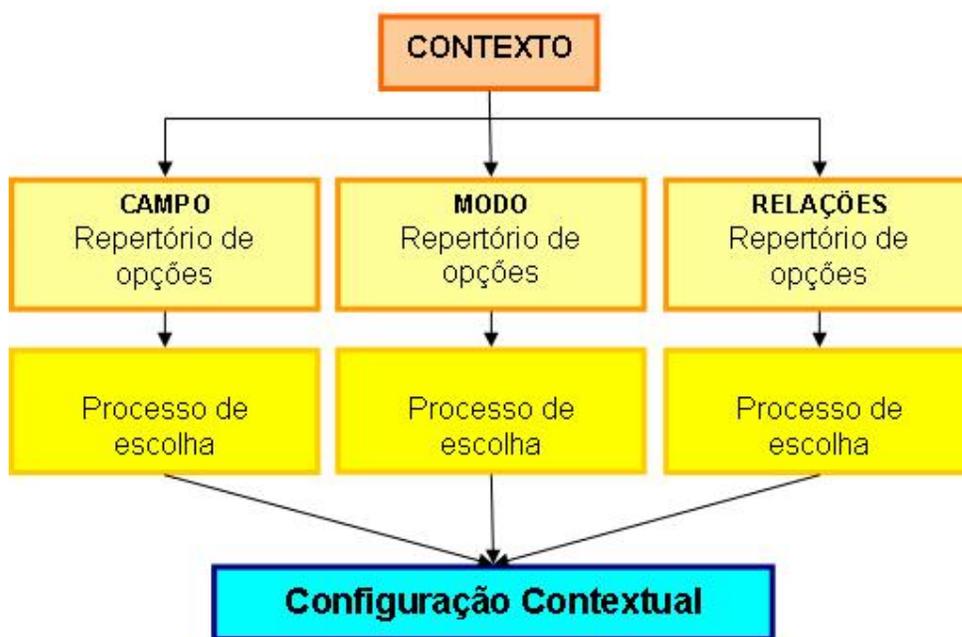
Merece destaque a importância que ganham os dados contextuais na elaboração do discurso. No caso da emissão de opiniões, conforme veremos mais adiante no Capítulo 5, bem como de outros atos de fala, é a definição do contexto que fornecerá as pistas para que o falante faça as suas escolhas no sistema da língua [sistema lingüístico].

O sistema de escolhas disponíveis é a “gramática” da língua, a partir da qual, o falante ou escritor faz suas seleções. Essas seleções não são feitas no vácuo, mas de acordo com o contexto das situações de comunicação. Os atos de fala subentendem, por isso, a prática criativa e repetitiva de fazer opções em situações e cenários sociais e pessoais. (Halliday, 1970, p. 142)²⁷

²⁷ The system of available options is the ‘grammar’ of the language, and the speaker, or writer, selects within this system: not in vacuo, but in the context of speech situations. Speech acts thus involve the creative and repetitive exercise of options in social and personal situations and settings. (Halliday, 1970, p. 142).

Logo, a seleção das formas será definida pelas características do contexto. Para isso é necessário que saibamos com quem falamos, qual é o tipo de relacionamento existente entre os participantes e onde se dá a interação. Na teoria hallidiana, conforme ilustrado na Figura 3.1, o contexto de situação é fundamental, pois é ele que fornece aos participantes de uma interação grande parte das informações sobre os significados que estão sendo negociados e sobre aqueles que são mais prováveis.

Figura 3.2: Processo de formação da Configuração Contextual



Fatores concernentes à situação concreta ou contexto, aos papéis dos participantes, aos seus propósitos e objetivos afetam sobremaneira a escolha, a estruturação e a natureza do texto. Assim, o texto [oral ou escrito] e, portanto, o ato de emitir uma opinião desfavorável, deve ser visto em relação ao contexto em que foi produzido.

3.4 Pragmática

Este trabalho, além de buscar apoio em princípios e conceitos da gramática sistêmico-funcional, fundamenta-se em pressupostos da pragmática

por ser esta uma área preocupada com o estudo do significado elaborado por um falante e interpretado por um ouvinte tendo em vista um contexto específico – elementos fundamentais para uma compreensão adequada a respeito do modo como elaboramos uma opinião desfavorável. Com relação à importância do contexto, Moura (2000), ao tratar da fronteira entre a semântica e a pragmática, argumenta que nesta última a significação é contextualmente dependente (op. cit, p. 66). Além disso, outro aspecto de relevância para este estudo reside no fato de que a pragmática considera igualmente o fato de que comunicamos muito mais do que apenas aquilo que falamos. As teorias pragmáticas empregadas para análise e aqui consideradas são: a teoria dos atos de fala e a teoria da polidez.

3.4.1 Teoria dos atos de fala

A teoria dos atos de fala é comumente associada aos filósofos J. L. Austin e John Searle por conta da importância que têm seus trabalhos para a formulação das bases dessa teoria. Enquanto a obra do primeiro – *How to do things with words*, publicada postumamente em 1962 – é tida como a base sobre a qual se fixaram os pilares da referida teoria, os estudos de Searle – *Speech Acts* e *Expression and Meaning*, publicados respectivamente em 1969 e 1979²⁸ – são reconhecidos por terem apresentado uma ampliação e um desenvolvimento mais sistemático da teoria dos atos de fala, além de sua semantização. (Cook, 2001; Santos, 2003; Charaudeau e Maingueneau, 2004; Kerbrat-Orecchioni, 2005).

Na teoria dos atos de fala, o princípio geral subjacente prevê que agimos por meio da linguagem ou, como sugere o título da obra de Austin, pode-se afirmar que dizer é fazer. De acordo com este autor, a função fundamental da linguagem não é descrever o mundo, mas comunicar (Costa, 2002). Tendo esse aspecto em vista, não se parte da análise de frases, mas de enunciados (*utterances*), pois estes são atos realizados em situações concretas de comunicação. A linguagem, nessa teoria, é entendida não como expressão do pensamento ou como um instrumento, mas como uma forma de ação. Essas três concepções de linguagem, revistas por Travaglia (1997), podem ser assim resumidas:

²⁸ Neste trabalho, faremos referência às obras traduzidas – *Os actos de fala*, publicada em 1981 e *Expressão e Significado*, publicada em 1995.

Linguagem como expressão do pensamento: para essa concepção as pessoas não se expressam bem porque não pensam. A expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. A enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece.

Linguagem como instrumento: nessa concepção a língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor. (...) Essa concepção levou ao estudo da língua enquanto código virtual, isolado de sua utilização (...). Isso fez com que a Lingüística não considerasse os interlocutores e a situação de uso como determinantes das unidades e regras que constituem a língua, isto é, afastou o indivíduo falante do processo de produção, do que é social e histórico na língua.

Linguagem como processo de interação [ou forma de ação]²⁹: nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir ou exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é, pois, um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico.

(Travaglia: 1997, pp. 21-23)

Com o estabelecimento da terceira concepção apresentada – linguagem como processo de interação ou forma de ação – passa, então, a haver a compreensão de que toda atividade verbal tem um caráter acional, conforme afirma, por exemplo, Yule (2003):

Na tentativa de se expressar, as pessoas não apenas produzem enunciados que contêm estruturas gramaticais e palavras, mas realizam ações por meio desses enunciados. (Yule, 2003, p. 47)³⁰

A perspectiva apresentada, no entanto, não é exclusiva da obra de Austin ou Searle, pois ela já vinha sendo desenvolvida anteriormente em outros campos do saber por estudiosos como: Aristóteles, Benveniste, Malinowski e Wittgenstein (Costa, 2002; Kerbrat-Orecchioni, 2005).

No campo da filosofia, Wittgenstein é, sem dúvida, um nome a considerar. Sua obra é dividida em dois momentos (Nef, 1995; Marcondes, 1997). O primeiro

²⁹ Observação da autora.

³⁰ In attempting to express themselves, people do not only produce utterances containing grammatical structures and words, they perform actions via those utterances. (p. 47)

momento, também conhecido como primeiro Wittgenstein, é marcado pela obra *'Tractatus'* e o segundo Wittgenstein, pela obra *'Investigações filosóficas'*.

No *Tractatus*, Wittgenstein propõe uma relação entre linguagem, pensamento e mundo. Isso significa a existência de uma correspondência lógica e direta entre as configurações de simples objetos presentes no mundo, pensamentos na mente e palavras na língua. Desse modo, a configuração das idéias na mente e a relação das palavras em uma sentença são idênticas na forma com a estrutura da realidade que representam. Linguagem e pensamento trabalham como um retrato do real e conceber ou falar do real significa ser capaz de formar esse retrato (cf. teoria pictórica do significado *in* Marcondes: 1997, p. 269; teoria representacional do quadro *in* Nef: 1995, p. 146).

É preciso mencionar ainda que o primeiro Wittgenstein aborda a problemática que advém da inexistência de relação entre forma gramatical e forma lógica da linguagem:

A maioria das proposições e questões dos filósofos surge de nosso fracasso em compreender a lógica de nossa linguagem (Wittgenstein, *apud* Marcondes: 1997, p. 269)

O que se pode depreender do primeiro Wittgenstein é a escolha por um caminho não-mentalista para explicar o significado na linguagem. Isso significa, antes de tudo, opor-se à premissa básica presente em uma visão mentalista, resumida por Alston (1997, p. 41) da seguinte forma:

O que dá um certo significado a uma expressão lingüística é o fato de ela ser regularmente usada na comunidade como a 'marca' de uma certa idéia. As idéias com que fazemos o nosso pensamento têm uma existência e uma função independentes da linguagem. (Alston, 1997, p. 41)

Apesar de continuar na trilha de um caminho não-mentalista, o segundo Wittgenstein se distancia daquele que é denominado o primeiro Wittgenstein.

O segundo Wittgenstein é marcado pela publicação da obra *'Investigações Filosóficas'* (1953), conforme exposto mais acima. Nessa obra, Wittgenstein entende linguagem dentro de uma perspectiva de jogos da linguagem, deixando de lado a visão anterior que a considerava sob seu aspecto lógico e representacional (Marcondes: 1997, p. 270; Nef: 1995, p. 146).

Podemos também imaginar que todo o processo do uso de palavras é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de “jogos de linguagem” (...) (Wittgenstein 1979, §7)

Wittgenstein considera, portanto, que estamos sempre atuando com jogos de linguagem, ou seja, não é possível entendermos as palavras apenas com relação aos objetos presentes no mundo, conforme ele havia concebido anteriormente.

As crianças são educadas para executar essas atividades, para usar essas palavras ao executá-las, e para reagir assim às palavras dos outros. (Wittgenstein 1979, §6)

Para entendê-las é necessário conhecer o contexto de atividades humanas não lingüísticas nas quais o uso da linguagem é elaborado. Na sua concepção, as palavras e as suas circunstâncias comportamentais constituem o jogo de linguagem. Segundo Nef (op.cit., p. 148), nessa nova perspectiva Wittgenstein se propõe a trocar o binômio significação e verdade pelo de significação e uso (“A significação é o uso”), permitindo-lhe considerar atos diversos como, por exemplo, dar ordens ou interrogar. Trata-se, enfim, de considerar a linguagem uma prática social.

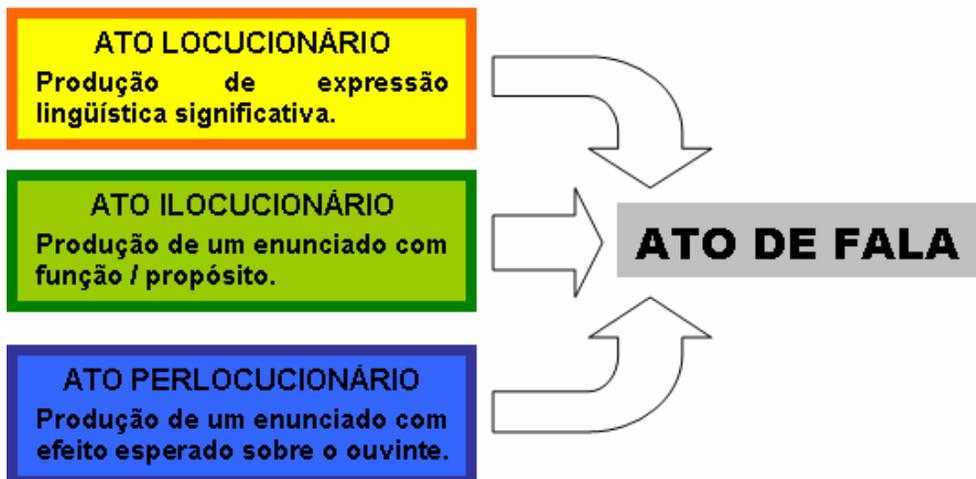
Tendo o exposto em vista, conclui-se que o segundo Wittgenstein adota uma visão pragmática para explicar o sentido da expressão lingüística.

No âmbito da teoria dos atos de fala, falar ou usar uma língua pressupõe a execução, dentro de um contexto sócio-cultural determinado, de diferentes atos de fala, definidos como “unidades básicas ou mínimas de comunicação lingüística” (Searle, 1981, p. 26) (cf. Rose, 1992; Nelson, 2002a). Como o ato de fala é, conforme apresentado, a ação realizada via uma elocução (Yule, 2003), considera-se, portanto, como atos de fala: fazer pedidos ou promessas, desculpar-se, dar ordens, fazer afirmações, recusar, entre outros. A essa lista, poderíamos, então, acrescentar o ato de fala ‘expressar uma opinião’, focalizado nesta pesquisa com especial destaque para a ‘Opinião Desfavorável’. Merece ainda atenção o fato de que a meta da teoria dos atos de fala é, de acordo com Crystal, analisar “o papel dos enunciados em relação ao comportamento do falante e do ouvinte em uma comunicação interpessoal” (Crystal: 2000, p. 34).

Desse modo, o ato de fala não deve ser visto de forma isolada, extraído de seu contexto, conforme será visto mais adiante.

De acordo com Austin, a produção de um ato de fala envolve, de forma simultânea, a produção de três atos, a saber: (1) ato locucionário, (2) ato ilocucionário e (3) ato perlocucionário (Crystal, 2000; Saeed, 2000; Cook, 2001; Corrêa, 2002; Costa, 2002; Santos, 2003; Yule, 2003; Kerbrat-Orecchioni, 2005) (cf. Figura 3.3). O ato locucionário, também identificado como ato de enunciação por Searle (1981, p. 35) ou ato de dizer por Crystal (2000, p. 143), diz respeito ao ato de enunciar palavras por meio de um arranjo sintático, acrescido de conteúdo semântico que lhe dá significado (Searle, 1981; Crystal, 2000; Corrêa, 2002). Quanto ao ato ilocucionário, pode-se dizer que ele é a realização do ato em si, “o responsável por um fazer” (Corrêa, 2002, p. 42). Sua definição é elaborada tendo em vista o propósito comunicativo que o falante busca atingir, fazendo com que alguns atos ilocucionários sejam designados pelos verbos a seguir: prometer, afirmar, dar uma ordem, pedir etc. O ato perlocucionário, por sua vez, diz respeito aos efeitos que são produzidos no ouvinte em função da emissão de um ato de fala. O ato de ordenar, por exemplo, ao ser emitido por um falante F, leva o ouvinte O a realizar uma ação ou fazer algo.

Figura 3.3: Atos que integram o ato de fala



A produção do ato de fala envolve, além dos três atos descritos anteriormente, um componente denominado força ilocucionária ou ilocutória (Kerbrat-Orecchioni: 2005, p. 28). Sua incidência sobre um determinado enunciado faz com que este possa ser considerado um ato particular. A

relevância da força ilocucionária se faz mais explícita nos casos em que um mesmo ato locucionário indica dois ou mais atos de fala. No caso de “Bonito.”, por exemplo, como uma possível resposta à indagação “O que você acha do meu novo celular?”, podemos estar diante de um elogio ou opinião favorável, opinião desfavorável³¹ ou, ainda, de uma repreensão. A cada interpretação, deparamo-nos com uma análise diferente (cf. Figura 3.4), corroborando a inexistência de uma relação de 1:1 entre a estrutura lingüística e o valor ilocutório de um ato de fala, tal como aponta Kerbrat-Orecchioni:

Não há uma relação biunívoca entre estrutura lingüística e valor ilocutório, uma vez que um mesmo ato de fala pode ser realizado de maneiras diferentes e que, de forma inversa, uma única estrutura lingüística pode expressar valores ilocutórios distintos. (Kerbrat-Orecchioni: 2005, p. 7)

A tal fenômeno relaciona-se a questão da diretividade / indiretividade do ato de fala. Normalmente, associa-se aos três tipos básicos de sentença – declarativa, interrogativa e imperativa – três tipos gerais de atos de fala ou funções comunicativas – afirmação, pergunta e pedido. Fala-se, portanto, em ato de fala direto quando há uma relação estreita entre estrutura e função (afirmação – sentença declarativa, pergunta – sentença interrogativa, pedido – sentença imperativa). Caso contrário, poder-se-ia estar diante de um ato de fala indireto (p. ex.: pedido realizado por meio de sentença interrogativa ou declarativa) (Yule, 2003).

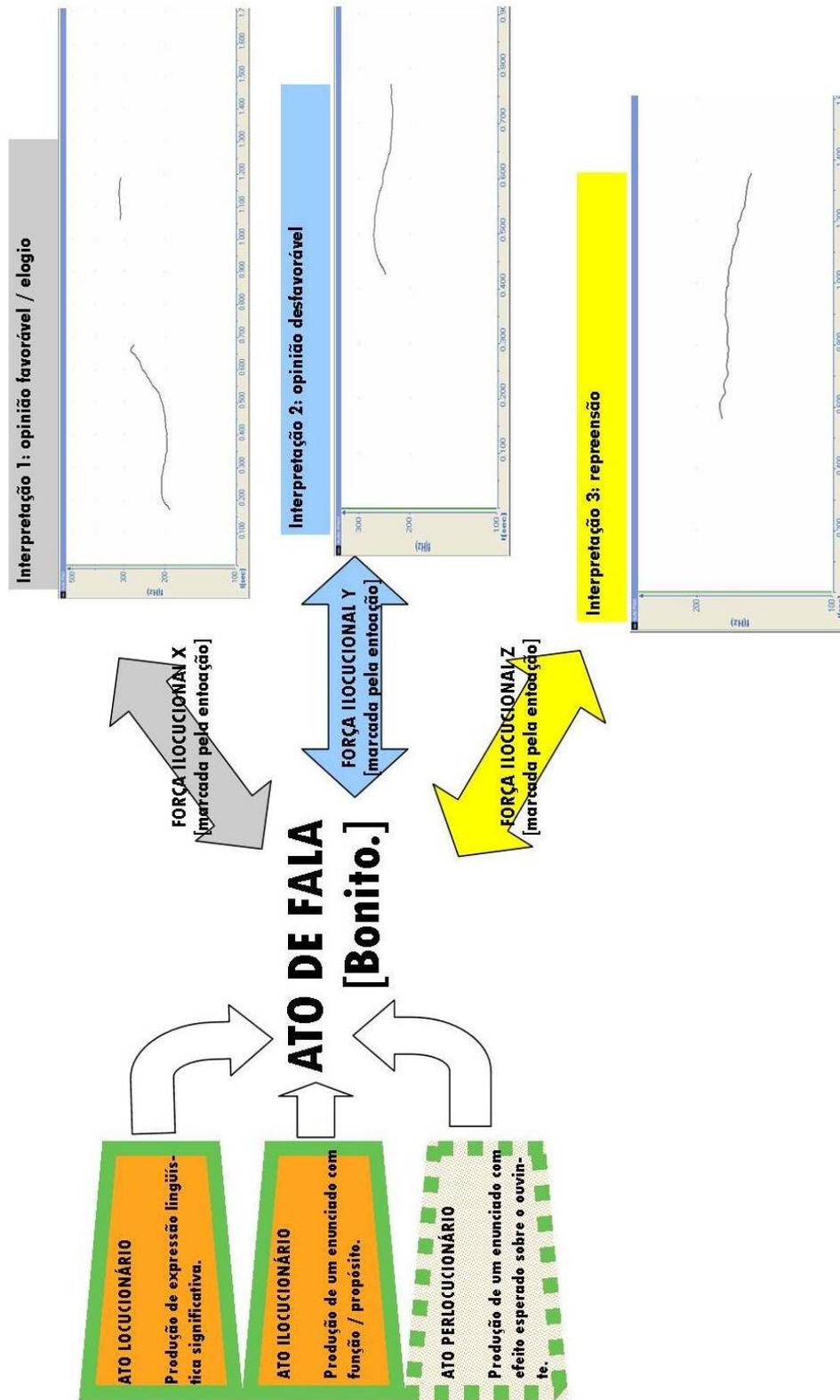
Em português, tal como ocorre em inglês ou francês, os atos de fala realizados de forma indireta são normalmente considerados mais polidos do que os atos diretos.

No que diz respeito ao ensino de português para falantes de outras línguas, podemos considerar que a inexistência de um paralelo entre estrutura lingüística e valor ilocutório envolve uma certa problemática, na medida em que sua resolução ultrapassa o nível da competência lexical e gramatical, pois esta competência isolada não contempla a variedade de interpretações sugerida.

A determinação da força ilocucionária no caso apresentado e em outros semelhantes está vinculada a duas questões: (1) *Illocutionary Force Indicating Devices* (IFIDs) e (2) condições de felicidade.

³¹ V. Discussão sobre “Falsa opinião positiva”, no capítulo 5 - Análise dos dados.

Figura 3.4: Incidência da força ilocucionária sobre o ato de fala



No caso das IFIDs, alguns autores consideram-nas como o meio mais claro de indicar da força ilocucionária. Trata-se de explicitar o ato ilocucionário realizado através da utilização de uma expressão que contenha o verbo que nomeia o referido ato [o verbo performativo]. Como em grande parte das vezes o verbo performativo não é mencionado de forma explícita, outros elementos contam como IFIDs. Nesse caso, a força ilocucionária, em português, pode ser marcada pelos seguintes processos: a ordem das palavras, o acento tônico, a pontuação, o modo dos verbos e a entoação (Searle, 1981). Nesta pesquisa, consideraremos esta última um fator de relevância para o estudo da expressão da 'Opinião Desfavorável', pois a entoação, como se observou, é tida como um "componente significativo na realização do ato de fala", (Santos, 2003, p. 47) (cf. Yule, 2003) já que nos permite dar significados diferentes a um mesmo enunciado, como exemplificam também as figuras a seguir.

Figura 3.5: Gráfico de contorno do enunciado "Bonita", expressando opinião positiva [boNlta]

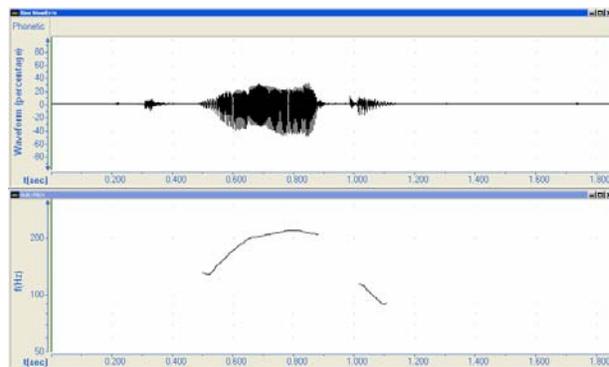


Figura 3.6: Gráfico de contorno do enunciado "Bonita", expressando opinião desfavorável [boni:ta]

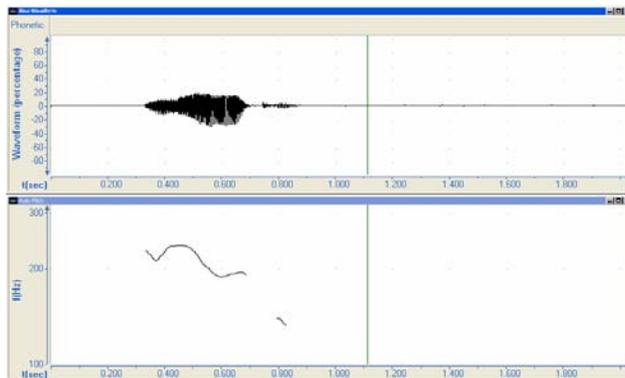
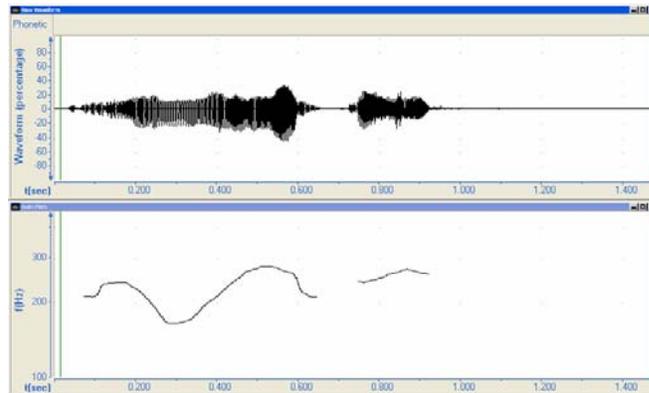


Figura 3.7: Gráfico de contorno do enunciado “Bonita, hein?!”, expressando opinião desfavorável e irônica [boni:ta, hein?]



Os três exemplos anteriormente citados foram produzidos por um falante do português do Brasil, residente no estado do Rio de Janeiro, do sexo masculino, como resposta à seguinte situação.

Seu amigo foi convidado para uma festa de casamento e precisa comprar uma camisa. Um dia, na hora do almoço, ele aproveita que está no shopping almoçando com você e lhe pede acompanhá-lo até uma loja. Na loja, ele pede à vendedora para experimentar uma camisa. Assim que ele termina de vesti-la, ele sai da cabine e lhe pergunta: O que você acha dessa camisa?

Varição 1: Você acha a camisa realmente bonita. O que você lhe diz?

Varição 2: Você não acha a camisa bonita. O que você lhe diz?

Dos três exemplos, o primeiro refere-se à variação 1 que exigia do falante a emissão de uma opinião de valor positivo. Os exemplos 2 e 3, por sua vez, referem-se à variação 2 que exigia a produção de uma opinião de valor negativo. No entanto, podemos observar que todas as respostas são semelhantes na sua forma, com destaque para o fato de que as opiniões de valor negativo [cf. Figuras 3.6 e 3.7] não vêm acompanhadas de termos negativos. Nesse caso, o que faz com que as três respostas sejam distintas? Conforme visto e de acordo com o que mostram as ilustrações produzidas com o auxílio do programa *Speech Analyser*, a entoação é o elemento que acarreta a alteração de significado.

No que diz respeito às condições de felicidade necessárias para a determinação da força ilocucionária, pode-se considerar que elas se referem às circunstâncias esperadas ou apropriadas para a realização de um certo ato de fala. Espera-se que este seja bem sucedido na medida em que os critérios das condições de felicidade forem satisfeitos. Essas condições se subdividem, conforme descrito por Searle (1981) e retomado de forma mais sintética por Yule (2003), em (1) condições gerais, (2) condições de conteúdo, (3) condições preparatórias, (4) condições de sinceridade e (5) condições essenciais. Ambos autores se utilizam do ato de fala “Prometer” para explicar as diferentes condições. Desse modo, as condições gerais dizem respeito às condições denominadas por Searle de *input* e *output*. Isso significa que os participantes devem ter condições de produzir e compreender a língua que esteja sendo empregada. Vale destacar que, no caso do ensino de PL2E, essa é uma condição fundamental para uma realização e uma compreensão adequadas de qualquer ato de fala – não só da opinião desfavorável. Além disso, esse tipo de condição prevê que os participantes não devem desenvolver “formas parasitárias da comunicação, por exemplo, contar anedotas ou desempenhar um papel no teatro” (Searle: 1981, p. 77).

Com relação às condições de conteúdo, tanto Searle quanto Yule dizem que, no caso da promessa, é necessário que o enunciado diga respeito a um evento futuro. Além disso, esse evento futuro deverá ser necessariamente uma atitude futura do falante. No caso da opinião desfavorável, o enunciado diz respeito a algo localizado no passado ou no presente, pois é necessário já ter sido exposto ou estar em exposição à ação ou ao objeto a respeito do qual deverá versar a opinião. Como opinar a respeito de algo que não foi ou que não esteja sendo experienciado ou vivenciado?

No que diz respeito às condições preparatórias, os dois autores citados argumentam, com base, mais uma vez, no exemplo da promessa, que deve existir um beneficiário, alguém que deseje a realização da promessa. Além desse elemento, o evento não se realiza por si só, devendo haver quem, de fato, pratique e queira concretizar a promessa. Segundo Searle (1981, p. 79), é preciso que “o prometido [seja] algo que o ouvinte quer que seja feito”. No caso da opinião desfavorável, sua elaboração não pode prescindir de um recipiente – algo ou alguém que seja o foco da opinião.

As condições de sinceridade, como a própria denominação sugere, indicam o que o falante realmente tenciona realizar com um determinado ato de

fala. Já as condições essenciais, utilizando novamente o caso da promessa, significam que se cria uma obrigação, por parte do falante, de levar adiante a ação prometida.

No âmbito da teoria dos atos de fala, faz-se necessário também fazer referência, ainda, ao conceito 'evento de fala' (*speech event*) que se refere às circunstâncias que rodeiam a elocução, incluindo até mesmo outras elocuições. Além disso, a natureza do evento de fala, em grande parte, determina a interpretação de um ato de fala realizado por uma elocução. Segundo Yule,

Um evento de fala é uma atividade em que os participantes interagem por meio da linguagem de maneira convencional para chegar a determinado desfecho. Pode incluir um ato de fala principal óbvio, como, por exemplo, 'Eu realmente não gosto disso', em um evento de fala de 'reclamação', mas também irá abranger outros enunciados que levarão a esta ação central e reagirão a ela em seguida. Na maioria das vezes, um 'pedido' não é realizado por um único ato de fala enunciado repentinamente. (Yule: 2003, p. 57).³²

No quadro da referida teoria, Austin, propõe igualmente uma taxionomia composta de cinco categorias dentro das quais são classificados os atos ilocucionários, assim denominadas: (1) atos veriditivos, (2) atos expositivos, (3) atos exercitivos, (4) atos comportativos e (5) atos compromissivos. Searle (1995), por sua vez, ao retomar e ampliar o trabalho de Austin, discute a taxionomia citada e, com base nos critérios de propósito ilocucional, direção de ajuste e condições de sinceridade, sugere nova taxionomia para classificação dos atos ilocucionários, igualmente composta por cinco categorias, a saber: (1) assertivos; (2) diretivos; (3) compromissivos; (4) expressivos e (5) declarações. O propósito ilocucionário de cada uma das categorias pode ser resumido, conforme proposta de Searle (op. cit.) da seguinte maneira:

Assertivos – comprometer o falante com a verdade da proposição expressa (São exemplos os atos de afirmar e concluir);

Diretivos – levar o ouvinte a fazer algo (ex.: Você pode me emprestar uma caneta?);

³² A speech event is an activity in which participants interact via language in some conventional way to arrive at some outcome. It may include an obvious central speech act, such as 'I don't really like this', as in a speech event of 'complaining', but it will also include other utterances leading up to and subsequently reacting to that central action. In most cases, a 'request' is not made by means of a single speech act suddenly uttered. (Yule: 2003, p. 57)

Compromissivos – comprometer o falante com alguma linha futura de ação (ex.: Prometo que farei todo o trabalho.);

Expressivos – expressar um estado psicológico, sentimentos (ex.: Sinto muito pelo ocorrido.);

Declarações – provocar uma nova situação no mundo exterior (ex.: Eu te batizo.).

O ato em foco nesta pesquisa parece estar inserido na categoria dos atos expressivos, definida como aquela por meio da qual pode-se “... expressar estados psicológicos que podem ser expressões de prazer, dor, preferências, alegria ou tristeza. Estão relacionados à experiência do falante” (Yule: 2003, p. 53)³³. Ao elaborar o ato de opinar desfavoravelmente, o falante verbaliza seu sentimento com relação a algo ou alguém.

3.4.1.1 Ato de fala e contexto sócio-cultural

A realização de um ato de fala, tal como apontado anteriormente, engloba tanto o uso da forma lingüística quanto a submissão às normas sociais vigentes em um dado contexto (Lorenzo-Dus: 2001, p. 109). Desse modo, sugere-se que o estudo a respeito da produção de atos de fala seja associado a uma análise do contexto sócio-cultural em que eles ocorrem.

O conceito de cultura que perpassa esta pesquisa é aquele que a considera como uma forma de comunicação (Hall, 1959), como um modo que tem uma comunidade de organizar a vida, de pensar, de tecer considerações a respeito de assuntos diversos, dizendo respeito a todos os aspectos relativos à vida social (Hall, 1959; DaMatta, 1986; Santos, 1994). Desse modo, trata-se de algo que é próprio ao indivíduo e não abstrato ou alheio. Tal conceituação afasta-se, portanto, de visões de cultura que a vêem como um possível sinônimo para sofisticação, sabedoria, status, educação, estudo ou formação escolar (DaMatta, 1986; Santos, 1994). Partindo da denominação de cultura objetiva e cultura subjetiva, o presente trabalho, pelo que já foi dito, orienta-se para esta última. Esses dois conceitos são retomados e sintetizados em artigo de autoria de Meyer, Albuquerque e Alencar (2003):

³³ “Express psychological states and can be statements of pleasure, pain, likes, dislikes, joy or sorrow. They are about the speaker's experience” (Yule: 2003, p. 53).

Cultura objetiva é aquela que se vê, se ouve, se toca; é aquilo que existe, que alguém faz/fez, acontece/u, que pode ser nomeado. São portanto os produtos concretos de um grupo social: a literatura, a música, a arquitetura, a culinária, o folclore, a História, a estrutura política, etc. Importante, sem dúvida, mas não mais do que a cultura subjetiva. Cultura subjetiva é aquela que se sente, se percebe, se vive; é como se faz, por que se faz, para que se faz. São os princípios sociais e pessoais que regem uma sociedade, os seus valores morais, comportamentais, interacionais: é aquilo que não se vê, mas que condiciona todos os nossos atos (Meyer, Albuquerque e Alencar, 2003, p.51)

Tendo em vista a importância que tem a cultura subjetiva para o processo comunicativo e também o fato de que “diferentes culturas variam com relação aos seus estilos interacionais e apresentam diferentes preferências e modos de realização dos atos de fala” (Santos, 2003, p. 44), diversos estudos que têm por objetivo investigar a produção de atos de fala em distintos contextos sócio-culturais vêm sendo publicados, tais como: Nelson et al. (2002a) e Nelson et al. (2002b) que tratam da elaboração de recusas nos contextos egípcio e americano; Al-Issa (2003) que aborda o mesmo ato de fala, mas elaborado por jordanianos que aprendem inglês como língua estrangeira; além de Almeida (2004) que discorre sobre a elaboração dos elogios em português do Brasil, Tatsuki (2000) que enfoca a elaboração das queixas em japonês e inglês, Trosborg (1995) que trata dos pedidos, queixas e desculpas elaborados por nativos e não nativos de língua inglesa e Wierzbicka (1991) que faz cruzamentos entre, por exemplo, japonês X inglês, grego X inglês.

Com relação a esta pesquisa, o ato de fala ‘expressar uma opinião’ será focado tendo em vista sua inserção em um contexto brasileiro, em especial quando produzido por falantes que residam no estado do Rio de Janeiro. Desse modo, faz-se mister compreender o referido contexto. Para tanto, empregaremos algumas categorias sociológicas, sendo estas definidas por DaMatta (1997) nos seguintes termos:

Uso categoria sociológica como um conceito que pretende dar conta daquilo que uma *sociedade pensa* e assim institui como seu código de valores e idéias: sua cosmologia e seu sistema classificatório; e também para traduzir aquilo que a *sociedade vive e faz* concretamente – o seu sistema de ação que é referido e embebido nos seus valores. (DaMatta, 1997, p. 15)³⁴

Primeiramente, faremos referência às categorias ‘Casa’ e ‘Rua’, desenvolvidas pelo antropólogo DaMatta (1997 [1979]; 1997; 1999 [1984]) em

³⁴ Grifos no original.

diferentes obras, com o objetivo de retratar e compreender a sociedade brasileira, demonstrando preocupação em definir com clareza o que é o Brasil como nação e o brasileiro como povo. Tal definição é construída a partir de uma análise de fatos do cotidiano, de situações sociais com existência concreta e das instituições consideradas informais pela sociedade brasileira. Apesar de se referirem literalmente a entidades concretas, a espaços realizados material e geograficamente, os conceitos apresentados, em uma perspectiva antropológica, designam algo mais complexo:

(...) entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positivismo, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DaMatta, 1997, p. 15)

Dessa forma, 'Casa' e 'Rua' constituem-se em "modos de ler, explicar e falar do mundo" (DaMatta, 1999 [1984], p. 29) ou ainda em "espaços de onde se pode julgar, classificar, medir, avaliar e decidir sobre ações, pessoas, relações e moralidade" (Idem, p. 33).

Apesar de haver uma dicotomia entre o 'mundo da casa' e o 'mundo da rua', conforme será visto mais adiante, os dois são complementares. Como integrantes da sociedade brasileira, circulamos com esperada desenvoltura nesses dois universos nem sempre compreendidos em sua totalidade por aqueles que não compartilham do mesmo *modus vivendi* que têm os brasileiros (Meyer, 2000). A esse respeito, Meyer faz a seguinte afirmação:

(...) é muito mais fácil levar um falante de inglês a usar corretamente as estruturas morfo-sintáticas do português do que perceber com clareza determinadas sutilezas do comportamento social linguístico do brasileiro. (Meyer, 2000, p.1)

Se por um lado a 'Casa' é um espaço normalmente associado à segurança, ao aconchego, à calma, ao porto seguro de qualquer indivíduo; a 'Rua', por outro lado, remete-nos às imagens de insegurança, perigo, abandono, pulsão. O 'mundo da casa' é, portanto, definido por DaMatta nos termos que seguem.

Como espaço moral importante e diferenciado, a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos que são parte da cosmologia brasileira, isto é, de sua ordem mais profunda e perene. Assim, a casa demarca um espaço definitivamente amoroso onde a harmonia deve reinar sobre a confusão, a competição e a desordem. (DaMatta, 1999 [1984], p. 27)

Se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa idéia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. (DaMatta, 1997, p. 57)

(...) casa remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares (...) a casa subentende harmonia e calma: local de calor (...) e afeto. (...) em casa se descansa. (...) Na casa, temos associações regidas e formadas pelo parentesco e relações de sangue. (...) Assim, em casa, as relações são regidas *naturalmente*³⁵ pelas hierarquias de sexo e das idades (DaMatta, 1997 [1979], p. 90-91)

Já o ‘mundo da rua’, em oposição, é revelado pelo mesmo estudioso como:

Mundo exterior que se mede pela “luta”, pela competição e pelo anonimato cruel de individualidades e individualismos. (DaMatta, 1999 [1984], p. 28)

Já sabemos que ela [a rua] é local de “movimento”. Como um rio a rua se move sempre num fluxo de pessoas indiferenciadas e desconhecidas que nós chamamos de “povo” e de “massa”. (...) Na rua não há, teoricamente, nem amor, nem consideração, nem respeito, nem amizade (...) estamos no reino do engano, da confusão e do logro. (DaMatta, 1999 [1984], pp. 29-30)

A categoria rua indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões (...) a rua implica movimento, novidade, ação (...) na rua se trabalha (...) na rua, as relações têm um caráter indelével de escolha, ou implicam essa possibilidade. (...) na rua é preciso muitas vezes algum esforço para se localizar e descobrir essas hierarquias, fundadas que estão em outros eixos (...) na rua é preciso estar atento para não violar hierarquias não sabidas ou não percebidas. (DaMatta, 1997 [1979], p. 90-91)

Carvalho e Martins (1998), apesar de não fazerem menção explícita aos conceitos ‘Casa’ e ‘Rua’, admitem igualmente tal distinção e consideram que apresentamos comportamentos distintos em função do contexto em que nos encontramos.

Por conta de suas características peculiares, compreende-se, em uma certa medida, a impossibilidade de esses espaços se misturarem por completo. No entanto, gradações são possíveis, conforme as descritas por DaMatta.

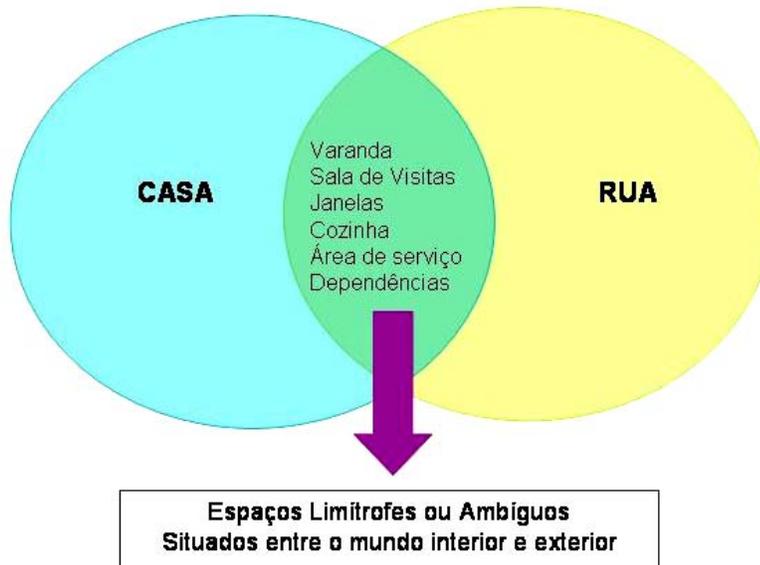
³⁵ Grifo no original.

A *rua* pode ser vista e manipulada como se fosse um prolongamento ou parte da *casa*, ao passo que zonas de uma *casa* podem ser percebidas, em certas situações como parte da *rua*. (DaMatta, 1997 [1979], p. 96)³⁶

Nesse sentido, Porto (2006) analisa como são construídos os espaços limítrofes – aqueles que não se situam nem na 'Casa', nem na 'Rua'. O autor busca verificar as ocasiões em que “o brasileiro (...) transfere as relações de familiaridade e afetividade para espaços que são caracterizados por relações de impessoalidade e de distanciamento” (Porto, 2006, p. 24)

A Figura 3.8, apresentada mais adiante, é uma tentativa de reproduzir graficamente os prolongamentos possíveis entre “Casa” e “Rua”.

Figura 3.8: 'Casa', 'Rua' e Espaços Limítrofes



Do ponto de vista da língua, esses espaços também têm sua relevância na medida em que eles influenciam as escolhas que fazemos no momento de elaboração do nosso discurso. Retomando, mais uma vez, as palavras de DaMatta:

Embora existam muitos brasileiros que falam uma mesma coisa em todos os espaços sociais, o normal – o esperado e o legitimado – é que casa, rua e outro mundo demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos,

³⁶ Grifos no original.

papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade. O comportamento esperado não é uma conduta única nos três espaços, mas diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas de significação. Nessa perspectiva, as diferenciações que se podem encontrar são complementares, jamais exclusivas ou paralelas. (DaMatta, 1997, p. 48)

Tratando de modo especial a emissão da opinião desfavorável no contexto brasileiro, podemos nos perguntar acerca dos pontos de interseção entre sua elaboração e os conceitos descritos. Se o 'mundo da casa', conforme descrito, significa resumidamente hospitalidade e harmonia, espera-se que haja, nesse contexto, (1) maior cuidado com a elaboração do ato de opinar desfavoravelmente para não desestabilizar a ordem ou (2) mais compreensão no caso de uma opinião desfavorável direta. O mesmo vale para o 'mundo da rua'. Por ser este um espaço caracterizado pela ausência de amor, consideração ou respeito, estariam os participantes de uma interação preocupados em buscar estratégias que minimizassem os efeitos ameaçadores do referido ato? As questões levantadas serão retomadas mais adiante, no capítulo reservado para a análise dos dados.

Além dos conceitos apresentados, para um entendimento mais pormenorizado do contexto sócio-cultural, Santos (op. cit., p. 45) aponta que "o estudo dos atos de fala deve considerar (...) os padrões sociais (...) que regulam o comportamento lingüístico dos falantes, como, por exemplo, os graus de distância social e de poder entre os participantes do ato comunicativo e sua interação com outros fatores situacionais", categorias que serão adotadas nesta pesquisa.

Por distância social, entendemos, de acordo com Marques Reiter (2000), que se trata do grau de familiaridade existente entre os participantes. Desse modo, amigos ou familiares próximos representam relacionamentos familiares, onde há menor distância social. Nesse caso, prevalece a "relação pessoal". Por outro lado, estranhos ou colegas de trabalho recentes representam maior distância social, vigorando as "relações sociais". É preciso, ainda, considerar o caso de vizinhos, ocasião em que os limites entre a relação social e pessoal se tornam relativamente tênues, revelando, muitas vezes, uma relação onde se mesclam os dois aspectos. Os dados, portanto, foram analisados levando-se em consideração tais aspectos.

Quanto à variável poder, ela ocorre quando uma pessoa, por conta de convenções estabelecidas socialmente, tem controle sobre a outra.

Neste trabalho, em síntese, consideraremos 'expressar uma opinião' como um ato de fala, regulado por aspectos sócio-culturais e padrões sociais. Além disso, a compreensão de que a entoação tem um papel de fundamental importância para a elocução e compreensão de tal ato de fala é peça chave nesta pesquisa.

3.4.2 Teoria da polidez

A Figura 3.9, publicada no jornal 'O Globo' em 29 de março de 1992, para ilustrar uma reportagem intitulada *A mentira tem pernas compridas*, exemplifica o tópico que está sendo discutido neste trabalho e nos revela o momento em que uma opinião é proferida. O rapaz, certamente após a indagação de sua amiga / colega a respeito de como estaria o seu cabelo, profere a seguinte resposta "- Seu cabelo está lindo.". Como o cabelo da personagem não parece seguir os padrões atuais para corte de cabelo, podemos nos perguntar se o rapaz realmente achou o cabelo de sua interlocutora lindo ou se está usando uma estratégia de polidez (Brown & Levinson, 2000 [1987]).

Figura 3.9: Realização do ato de opinar



O conceito de polidez foi exposto por Brown e Levinson em obra intitulada *Politeness: some universals in language usage*, publicada primeiramente em 1978, e diz respeito à manutenção, por parte dos participantes de uma troca

comunicativa, do equilíbrio social e das relações cordiais. Trata-se de buscar preservar a harmonia de uma relação interpessoal (Silva, 1999; Kerbrat-Orecchioni, 2006).

A polidez tem sua origem nas relações sociais, as quais, por sua vez, refletem a cultura de um determinado povo (Becher, 1980; Gripp, 2005). Por conta desse caráter, a polidez se apresenta como um elemento de fundamental importância para a interação de um grupo social. Além disso, ela é definida como uma ação compensadora que serve para contrabalançar o efeito perturbador que causam os atos de ameaça à face. Esses atos podem ser ordens, pedidos, oferecimentos, elogios, críticas e também a opinião desfavorável, por exemplo.

A fim de que seja possível empregar de modo adequado as estratégias de polidez que minimizem os efeitos dos atos listados acima, é necessário determinar o risco de cada um deles. Para tanto, Brown e Levinson (2000 [1987]) desenvolveram uma fórmula composta de três fatores relacionados à natureza social:

1. distância social [ou relação horizontal] entre os interlocutores [inclui o grau de familiaridade e contato].
2. poder relativo [ou relação vertical] do ouvinte sobre o falante.
3. grau de posição de um ato sobre a imagem do falante e do ouvinte.

Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006), na medida em que os fatores citados aumentam, o grau de polidez deve se elevar. É preciso observar, tal como Beltzer (1996, *apud* Silva, 1999, p. 118) que a polidez “só deve ser considerada em relação a um contexto particular, de acordo com as expectativas de um interlocutor particular e com sua interpretação concomitante”.

Tendo o exposto acima em vista, a noção de face, desenvolvida por Goffman (1967), é peça de fundamental importância para a construção do modelo de Brown e Levinson e diz respeito a “*public self-image that every member wants to claim for himself*” ou, nas palavras de Macedo, “imagem pública que qualquer indivíduo quer preservar em uma interação”. Brown e Levinson, a partir do conceito de Goffman, propõem as noções de face negativa e face positiva. A primeira delas refere-se ao direito e desejo de cada um de não ser impedido na realização de suas ações. Quanto à face positiva, trata-se do

desejo de todo falante de ser apreciado e aprovado pelos outros. Brown e Levinson argumentam que na comunicação humana – na escrita ou na fala – as pessoas tendem a salvar continuamente sua face e a do outro.

Galembeck (1999), ao discutir os mecanismos de preservação da face em fragmentos opinativos, aponta para o seguinte fato:

Nos diálogos e demais formas de interação face-a-face, o falante acha-se em posição vulnerável, já que expõe publicamente a sua auto-imagem (face). Dessa forma, ele corre o risco de exibir o que deseja ver resguardado e deixar de colocar em evidência o que tem a intenção de mostrar. Por esse motivo, o falante adota procedimentos que lhe permitem controlar a construção dessa auto-imagem (Galembeck, 1999, p. 173).

Nos casos de manifestação de opinião, como o exemplificado na Figura 3.9, o falante se expõe de maneira mais direta e isso evidencia a necessidade da preservação da face.

Koike (1992), Meyer (2000), Prado (2001) e Albuquerque (2003) – em estudos que tratam respectivamente da questão da polidez no português do Brasil, da polidez na interface inglês e português, da elaboração da recusa a convites e dos atos de negar – observam que a elaboração da negação é, de modo geral, um ato difícil de ser realizado por brasileiros, exigindo, portanto, estratégias várias que lhes permitam evitá-la. No Capítulo 5, veremos de que modo isso se aplica aos casos de opinião desfavorável.

Na comunicação diária, adaptamo-nos a diferentes contextos situacionais. Isso significa que temos, entre amigos, certa liberdade para fazermos e dizermos certas coisas que não teríamos coragem de fazer diante de estranhos ou de pessoas menos conhecidas. Da mesma forma, evitamos excesso de formalidade com amigos. Na verdade, evitamos deixar o ouvinte em situação embaraçosa ou desconfortável.

A esse respeito, Becher (1980), em estudo sobre a polidez afirma o seguinte:

Sabemos intuitivamente que, dependendo do relacionamento existente entre os falantes, a exigência social do uso de expressões de polidez será maior ou menor. Por “exigência social” entendemos fatores como: nível de intimidade entre os falantes, classe social a que pertencem (principalmente se houver diferença entre as classes sociais) e natureza da solicitação (ou resposta). (Becher, 1980, p. 15)

Leão (1992), ao tratar do modo como nós – brasileiros – devemos abordar os assuntos que surgem por ocasião de uma conversa, sugere que tenhamos “cuidado com o excesso de sinceridade” (op. Cit., p. 22), a fim de evitarmos possíveis conflitos. No caso apresentado na Figura 3.9, o rapaz, ao evitar dizer que o cabelo de sua interlocutora estaria feio ou esquisito, deixa de ser sincero, mas, com essa atitude, preserva a sua face e a de sua amiga, além de garantir a harmonia na interação. Apesar de não tratar a questão com maior rigor ou profundidade, a percepção do real de Leão (1992) deixa transparecer aquele que parece ser um traço revelador de nossa cultura: a opção por não dizermos a verdade ou não sermos sinceros em todas as situações. De modo mais científico, DaMatta (1997), ao discutir o rito do “sabe com quem está falando?”, admite que “somos avessos às crises” (p. 184). Segundo esse autor,

(...) sabemos que o conflito aberto e marcado pela representatividade de opiniões é, sem dúvida alguma, um traço revelador de um igualitarismo individualista que, entre nós, quase sempre se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante de nossa sociedade. (DaMatta, 1997, p. 184)

Os atos de ameaça à face, tal como emitir uma opinião desfavorável, são atos que infringem a necessidade que tem o ouvinte de manter a sua auto-estima. As estratégias de polidez foram desenvolvidas com o propósito de minimizar esses atos

Brown e Levinson (2000 [1987]) resumiram o comportamento humano da polidez em quatro estratégias, a saber: *bald on record*, polidez positiva, polidez negativa e *off-record-indirect*.

- *bald-on-record* – emprego de comentários diretos; nada é feito para minimizar as ameaças à face do interlocutor.
- polidez positiva – demonstra reconhecimento, por parte do falante, de que seu interlocutor tem o desejo de ser respeitado. Evidencia que o relacionamento entre falante e ouvinte é amigável e expressa reciprocidade (*group reciprocity*).
- polidez negativa – reconhece a face do ouvinte, mas também reconhece que o falante está de algum modo impondo algo.

- *off-record indirect* – diz respeito àquelas declarações consideradas como reais e indiretas relativas ao desejo / vontade.

Diante do exposto, podemos concluir que a emissão da opinião ultrapassa o limite do puramente lingüístico. O falante precisa não somente saber como estruturar seu enunciado, mas, como participante de uma dada cultura, interpretar adequadamente os dados contextuais a fim de ter a noção das implicações sociais no momento em que tiver de dar o seu parecer, a sua opinião a respeito de qualquer assunto. Por conta disso, podemos considerar que estamos diante de uma questão lingüístico-cultural que merece destaque. O seu estudo exige a adoção de uma perspectiva de língua que possa abarcar a complexidade apontada. Desse modo, seu estudo será empreendido levando-se em consideração uma perspectiva funcional da língua, conforme visto.